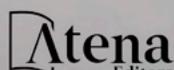


Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022



Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social na contemporaneidade: fundamentos e atuação profissional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social na contemporaneidade: fundamentos e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0250-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.503223005>

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço social na contemporaneidade: Fundamentos e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, analisa a ampliação das desigualdades de gênero na vida das mulheres no contexto pandêmico e suas implicações para a atuação do Assistente Social.

Já o segundo capítulo, discute a dimensão investigativa e a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social enquanto estratégia de qualificação e debate das demandas socialmente postas à atuação profissional.

O terceiro capítulo, por sua vez, discute a atuação do Assistente Social na política de saúde pública, as condições objetivas de atuação e as demandas postas no contexto pandêmico.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca dos conflitos socioambientais diante na sociedade do capital em tempos de pandemia de Covid-19.

Já o quinto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da *potencialidade do Programa Bolsa Família em provocar mudanças nas condições de vida dos seus usuários*, no período de 2007/2014.

O sexto capítulo, por sua vez, apresenta os resultados da pesquisa acerca do acesso ao Programa Prestação Continuada via judicialização.

O sétimo capítulo traz reflexões sobre a contribuição do Serviço Social no âmbito do judiciário, os limites e as possibilidades de atuação.

E finalmente o oitavo capítulo discute a mulher na atual conjuntura, inserida nas complexas configurações do mercado de trabalho e funções diversificadas na vida cotidiana.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MULHERES E PANDEMIA: O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Cintia Maria da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230051>

CAPÍTULO 2..... 11

PRODUZIR X REPRODUZIR: PENSANDO A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Carla Montefusco de Oliveira

Elisa Cristiane de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230052>

CAPÍTULO 3..... 23

SERVIÇO SOCIAL E A PANDEMIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ATUAÇÃO EM UNIDADE PROVISÓRIA DE ISOLAMENTO

Mayla Stella do Nascimento Ferreira

Kellyane de Santana Ricardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230053>

CAPÍTULO 4..... 35

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL NO LIXÃO CÉU AZUL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE

Isabella do Nascimento Silva

Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230054>

CAPÍTULO 5..... 46

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS REBATIMENTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS USUÁRIOS

Cryslaine Pinheiro da Silva

Ana Cristina Brito Arcoverde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230055>

CAPÍTULO 6..... 56

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: EM BUSCA DE UMA EFETIVA PROTEÇÃO SOCIAL

Ana Paula Mafia Policarpo

Maria Gilzônia Mota Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230056>

CAPÍTULO 7..... 67

O IMPORTANTE TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO

DO PODER JUDICIÁRIO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Silvania da Silva Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230057>

CAPÍTULO 8..... 81

A MULHER E/ NO TRABALHO: PODER E EMANCIPAÇÃO (UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL)

Vanessa Pereira Araújo

Gláucio Campos Gomes de Matos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230058>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 93

ÍNDICE REMISSIVO..... 94

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS REBATIMENTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS USUÁRIOS

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 20/04/2022

Cryllaine Pinheiro da Silva

Assistente Social pela Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/5181671573329400>

Ana Cristina Brito Arcoverde

Assistente Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/2259642295478225>

RESUMO: O presente estudo trata-se da síntese do subprojeto de pesquisa concluído e destinado a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), o qual buscou desvendar a potencialidade do Programa Bolsa Família (PBF) em provocar mudanças nas condições de vida dos seus usuários, no estado de Pernambuco, nos anos 2007/2014. A pesquisa intenta desvelar as reais direções políticas em relação aos distintos projetos societários, sejam: o de universalização de direitos e emancipatório, ou o de mercantilização do atendimento das necessidades sociais e manutenção das condições de existência da população, como também avaliar os impactos sociais, econômicos e políticos do PBF nas condições de existência dos seus usuários nos anos 2007 a 2014, em Pernambuco. Para tal, utilizamos procedimentos quantitativos e qualitativos incluindo a análise

de conteúdo. Do universo dos usuários da base de dados do Cadastro Único foi retirado uma amostra com 385 usuários, sendo realizadas, ao final, 90 entrevistas com os usuários do PBF na Região Metropolitana do Recife para qualificar os acréscimos nas suas vidas enquanto usuárias. Como resultado mais significativo em relação ao programa, verificou-se que o PBF visa combater a pobreza e as desigualdades sociais por meio da transferência direta de um benefício financeiro, e o faz, mas de forma limitada. A dimensão política é a mais difícil de operar mudanças junto à população, dada a natureza compensatória, e o viés assistencialista do “benefício” de repasse do Programa aos usuárias. O impacto econômico promovido pelo programa, em razão dos valores de renda transferidos, foi incapaz de alterar a situação de subsistência e pobreza do seu público-alvo. Na dimensão social o PBF encontra os seus principais impactos positivos, pois 95% dos entrevistados utilizam esse benefício financeiro para adquirir itens alimentícios, vestuários e/ou pagar despesas básicas de casa - água, luz e gás.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família; Questão social; Avaliação de Impactos; Pernambuco.

AN ANALYSIS OF THE BOLSA FAMILIA PROGRAM AND ITS REPERCUSSIONS ON THE LIVING CONDITIONS OF ITS USERS

ABSTRACT: The present study is a synthesis of the subproject completed and submitted

to the Foundation for the Support of Science and Technology of the State of Pernambuco (FACEPE), which sought to unveil the potential of the Bolsa Família Program (BFP) to bring about changes in the living conditions of its users in the state of Pernambuco in 2007/2014. The research aims to unveil the real political directions in relation to different societal projects, whether: the universalization of rights and emancipatory, or the commercialization of meeting social needs and maintaining the conditions of existence of the population, as well as evaluate the social, economic and political impacts of the PBF in the conditions of existence of its users in the years 2007 to 2014, in Pernambuco. To this end, we used quantitative and qualitative procedures including content analysis. A sample of 385 users was drawn from the universe of users in the Unified Registry database, and in the end, 90 interviews were conducted with PBF users in the Metropolitan Region of Recife to qualify the additions in their lives as usufructuaries. As a most significant result regarding the program, it was found that the PBF aims to combat poverty and social inequalities through the direct transfer of a financial benefit, and it does so, but in a limited way. The political dimension is the most difficult to operate changes among the population, given the compensatory nature, and the welfare bias of the “benefit” of transferring the Program to the beneficiaries. The economic impact promoted by the program, due to the amounts of income transferred, was unable to change the situation of subsistence and poverty of its target audience. In the social dimension, the PBF finds its main positive impacts, as 95% of the interviewees use this financial benefit to purchase food items, clothing and/or pay basic household expenses - water, electricity and gas.

KEYWORDS: Bolsa Família Program; Social Question; Impact Evaluation; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa federal de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza, criado pela lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. A gestão do PBF era realizada pelo MDS que tinha como missão coordenar, gerir e operacionalizar. O PBF tem como objetivos básicos, em relação aos seus beneficiários: promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

O PBF enquanto instrumento que viabiliza a garantia de usufruto dos direitos sociais frente às múltiplas expressões da questão social na ordem flexibilizada do capital, adquire caráter de focalização, setorialização e fragmentação, sendo direcionado, na maioria das vezes, para práticas residuais, emergenciais e compensatórias ou distributivas de combate à pobreza, desigualdade social e ao desemprego.

O estudo refere-se a uma avaliação de impactos do PBF em Pernambuco (PE) - proveniente de um subprojeto de iniciação científica - enquanto estratégia de iniciativa pública destinado ao enfrentamento da pobreza, do desemprego, e, principalmente, da desigualdade social, no recorte temporal selecionado (2007 a 2014), cujos indicadores

de pobreza persistentes tencionam a capacidade de atendimento pelo Programa das necessidades/demandas relativas à sobrevivência/ condições de vida como direitos sociais e mudanças estruturais.

Nesta pesquisa tentamos responder às questões que construímos e que se impõem desde logo à investigação: como esse programa público de corte social vem contribuindo para a superação de expressões da questão social, em particular do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, vividos pela população desse estado nordestino? Qual o potencial do programa de produzir impactos nas condições de vida dos seus usuários? Se impactos foram produzidos, em que consistem tais acréscimos de bem-estar? Para qual direção esse programa se dirige e às mudanças operadas por eles apontam, sejam: para fortalecer um projeto societário de orientação emancipatório que busca a universalização de direitos, e avança contribuindo para a superação das raízes do fenômeno “questão social”, ou para reiterar um projeto societário com orientação para a manutenção das condições de existência dos seus usuários, reproduzindo, portanto, as condições que dão causa à pobreza, à desigualdade social, ao desemprego, enfim à questão social?

O desvendamento das mudanças na vida de usuários do PBF em Pernambuco no período 2007/2014 motivou a investigação avaliativa que requereu procedimentos quantitativos e qualitativos de captação de impactos por aproximações sucessivas à realidade social, síntese de múltiplas interações, relações, determinações. Os impactos podem se materializar em diferentes formatações: econômicos, políticos e sociais. Essa modalidade de avaliação ex-post, no geral, refere-se a uma identificação de mudanças, consequências, sejam elas positivas ou negativas, previstas ou não decorrentes de ações de programas ou projetos em determinada população alvo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social (ARCUS), apoiada em procedimentos de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa do conteúdo do programa e dos dados primários, os quais auxiliaram a caracterização do estado, do programa e subsidiaram as tomadas de decisões para enfrentar os obstáculos nas diversas fases da pesquisa.

A primeira fase da investigação consistiu em leituras de referências sobre as temáticas e autores em torno da problemática, a saber: a) Avaliação de Impactos, em Arcoverde (2014) e (2016), Roche (2002); b) Questão Social, em Silva (2008), Iamamoto (2004), Netto (2004) e Pereira (2004); c) Trabalho e Capitalismo, em Marx (1890); d) Formação econômica e social, em Júnior (1970). Ainda realizamos levantamentos estatísticos em fontes específicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre outros, para caracterizar e acompanhar o desempenho da economia estadual, bem como os indicadores sociais e políticos. Posto

que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Essas atividades permitiram aprofundar a problemática de investigação, bem como a articulação entre os projetos anteriores que realizaram avaliação política e que também compõem o projeto mais amplo intitulado, como já citado anteriormente.

Em seguida, após essa fase, do universo dos usuários do Cadastro Único (CadÚnico) fornecido pela atual Secretaria Executiva de Assistência Social de PE (em 16 de janeiro e 23 de outubro de 2019), sorteamos do universo a quantidade de usuários que seriam e foram entrevistados a partir do programa online Calculadora da Amostra, que retirou a amostra aleatória simples com um percentual de 5% de erro. Logo em seguida aplicamos o programa online Invertexto para realizar o sorteio dos números aleatórios com as numerações que vieram a corresponder aos usuários integrantes das planilhas de Excel. O CadÚnico, banco de dados disponível no núcleo ARCUS, reúne os inscritos no total de um universo de aproximadamente 2 milhões de pessoas cadastradas do qual foi possível abstrair os usuários de todos os 185 municípios de Pernambuco como universo finito, e elaborar uma listagem própria. Nesse sentido, e dentro desse universo, foi alcançado o resultado de uma amostra que contemplou o quantitativo de 385 usuários distribuídos nas microrregiões e seus municípios.

Em função dos poucos recursos disponíveis para a pesquisa, e dos municípios de moradia dos bolsistas, para evitar custos e desperdício de tempo decidimos concentrar as entrevistas na Região Metropolitana do Recife que representa 36,10% da amostra/universo finito, ou seja, 139 usuários da amostra e em municípios sorteados que estão mais próximos à região, como Vitória de Santo Antão e Caruaru.

Um ponto de destaque e, portanto, crucial para a realização das entrevistas, foi o pedido de autorização junto ao Comitê de Ética, tendo sido este aprovado pelo parecer número 2.757.024 e de CAAE 89780618.0.0000.5208 no dia 05 de julho de 2018, e que nos autorizaram a realizar as entrevistas previstas pela equipe no projeto junto aos sujeitos/protagonistas, a saber, os usuários dos programas. É possível salientar também que antes da aplicação das entrevistas definitivas foi realizada uma por cada bolsista como entrevista pré-teste que foi utilizada para ajustes no instrumental de coleta de dados, sem alterar o modelo padrão autorizado pelo Comitê de Ética.

Com o objetivo de captar os impactos econômicos, políticos e sociais do PBF nas condições de vida dos usuários, utilizamos como instrumento para a coleta dos dados um modelo de entrevista semiestruturada, a qual continha perguntas objetivas e abertas, sobre: renda – composição da renda, valores em reais da renda familiar e per capita; investimento – despesas, participação em negócios e financiamentos; e os custos, caracterizados pelas dívidas adquiridas; investimento realizado em alimentação, educação, saúde, vestimenta, lazer, medicamentos pós inserção no programa; participação política, seja em associações,

partidos, fóruns ou em outros espaços de exercício de cidadania; conhecimentos do próprio usuário quanto a seus direitos e deveres enquanto cidadão e usuário do programa; e etc. Além da entrevista, preparamos um termo de consentimento que servia para esclarecer os procedimentos e metodologias envolvidos na pesquisa para cada entrevistado, que, caso concordasse, assinava-o e só assim, realizava-se a entrevista.

Além disso, vale pontuar, que mantivemos o contato prévio com os usuários por meio de seus respectivos números de telefone, na fase anterior da coleta de dados, tendo sido estes disponibilizados pelo CadÚnico, com o objetivo de contatá-los a respeito da entrevista. E essa foi uma estratégia utilizada pelos bolsistas do ARCUS, para redução de tempo e dinheiro gastos no encontro ao usuário. Contudo, na maioria dos casos, os números inexistiam ou não correspondiam ao telefone do cadastro. De um total de 391 ligações realizadas (incluindo a lista reserva), 8% dos números inexistiam, 43,7 % encontravam-se fora da área de cobertura ou desligado, 14, 5% não disponibilizaram número, 1,5% afirmou nunca ter participado ou ainda participar de algum programa/projeto social, 13,04 % dos números não correspondia ao usuário cadastrado e 4,6% deram outras informações. Além do mais, quando se conseguia falar com o usufrutuário sorteado, 5,1% dos usuários se negaram a participar da entrevista e logo da pesquisa realizada.

Após a fase de ajustes, foram aplicadas 140 entrevistas, sendo 90 com os usuários do PBF. Utilizamos como material de coleta de dados da pesquisa o roteiro de entrevista semiestruturada, e gravada com autorização prévia, e que posteriormente foram escutadas e transcritas na sala do núcleo, com o intuito de captar, decifrar e absorver os acréscimos de bem-estar dos usufrutuários do programa. Os corpus das entrevistas realizadas foram compostos e a eles aplicada a análise de conteúdo orientada por categorias e unidades de contexto trabalhadas, conforme orienta Bardin (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendido impactos nos termos de Roche (2002) como mudanças significativas ou permanentes na vida das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações, após a apuração e análise de todos os dados, capturamos, para fins interpretativos, depoimentos/narrativas dos usuários referentes aos impactos econômicos (alteração de condições quantitativas, de recursos monetários), sociais (substância do acréscimo, qualidade de bem estar na condição de vida dos usuários) e políticos (estado de espírito ou percepção da importância da formação política na vida do usuário).

Desse modo, ao entrevistamos os usufrutuários, foi percebido que o programa transfere, conforme as condições econômico-financeira do usuário/família, um valor variável de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo em vigor no ano, o equivalente entre R\$ 80,00 (o menor valor encontrado nas nossas entrevistas) a R\$ 430,00 (maior valor). Com esses recursos, 45% alegaram ter o valor recebido pelo programa como complementar à sua renda, enquanto

55% afirmaram ser sua única renda. E tanto estes quanto aqueles, ao serem questionados sobre investimentos financeiros ou em poupanças com o recurso monetário adquirido, por serem dependentes parcial ou totalmente do valor recebido pelo Bolsa Família para manter família e sobreviverem, os entrevistados pertencentes à classe trabalhadora desempregada no/pelo capitalismo, declararam não realizar nenhum tipo de investimento, visto que o valor percebido é imediatamente consumido. Apenas um entrevistado declarou conseguir depositar R\$ 100,00 na conta poupança da filha, mas de forma esporádica.

Portanto, foi demonstrado, através das respostas, que os usuários ainda permanecem na situação de dependência dos recursos do programa, devido ao baixo valor transferido - que não expressa suficiência para suprir as necessidades básicas, tão pouco para proporcionar uma possibilidade de investimentos financeiros que contribua no processo de ascensão/emancipação social. Assim, o impacto econômico promovido pelo programa, se apresenta de maneira incapaz de alterar a situação de subsistência do seu público-alvo.

Foi constatado também que 95% dos entrevistados utilizam os recursos recebidos do PBF para consumo de alimentos - seja comprando feijão, arroz e carne, ou até mesmo lanches para as crianças -, seguido de despesas da casa, como, pagar conta de água, de luz e/ou comprar o gás. Sendo assim, se pôde extrair que o dinheiro recebido pelo programa foi utilizado como algo que garantia a compra de alimentação para os mesmos, possibilitando uma manutenção mínima de sua sobrevivência.

Por outro lado, ao analisarmos os indicadores de lazer, transporte e vestimenta, apenas 15% dos entrevistados relataram terem usado seus dinheiros para tais, em virtude do baixo valor recebido. Por isso, muitos afirmaram terem que optar no que iriam investir, além de precisarem da ajuda financeira de parentes, ou até mesmo fazer um “bico” para sobreviver, pois usar o dinheiro obtido pelo Bolsa Família para suprir todas as necessidades básicas é mesmo um grande desafio para a classe trabalhadora.

Já em relação a medicamentos, é possível dizer também que não havia, por parte deles, nenhum investimento significativo, e em todas as suas falas voltavam a reiterar o valor mínimo e/ou simbólico fornecido pelo PBF e que, portanto, seria incapaz de arcar com tantos outros custos para além dos essenciais. Cabe destacar ainda, que por se tratar de uma população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, se utilizam, de forma quase unânime do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a promoção do seu bem-estar quando o assunto se trata de saúde. Ou seja, a saúde pública é a modalidade utilizada por essa população, apesar das declarações de não gostar de utilizar o SUS, devido à sua precariedade.

Portanto, vale destacar aqui, a importância da defesa de um sistema de saúde que atue na perspectiva de oferecer ações e serviços independente de quaisquer características sociais e pessoais, de forma equivalente e integral, como é o SUS. Já que este é visto, desde sua criação, como meio de lucratividade pelos capitalistas, e que por isso, em momentos

de crise política e financeira, agravam-se as ameaças impostas para o seu funcionamento.

Em relação à habitabilidade, a moradia dos usuários oscilava entre casa própria, alugada ou herdada, e dentre aqueles que residiam em casa alugada, apenas um relatou usar do dinheiro recebido pelo programa para arcar com a despesa do aluguel. Identificamos, ainda, que 11,11% dos entrevistados não tinham acesso a esgoto, 90% utilizam ou já utilizaram escola pública, e que apenas 3,33% conseguiram investir em educação, os quais relataram inteirar o valor recebido para pagar a faculdade, escola do filho e comprar material escolar.

Desse modo, pode-se dizer que socialmente, a aquisição de ativos pessoais, como alimentação, roupas, medicamentos, lazer e transporte, evidenciam a capacidade de poder de compra que talvez, antes de fazerem parte do PBF, era ainda mais difícil, limitada ou impossível de obter. Assim, fica notório a promoção de certa reestabilidade financeira e/ou sobrevivência mínima proporcionada pelo Bolsa Família para com seus usuários.

Ao serem questionados sobre vinculação com partido político 98,88% responderam negativamente a essa questão, expressando ainda um sentimento de repulsa, com respostas como “Deus me livre”, “não e nem pretendo” e “não e nem quero”. Somente um declarou ter relação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contudo, a causa estava atrelada ao assistencialismo - o qual se concretizou a partir da matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo, tendo uma visão de dependência entre o que doa e o que recebe -, formas enraizadas na cultura do país com as classes subalternas, e que reverbera nos dias atuais, através de novas configurações, na relação política do indivíduo com o Estado. Cabe destacar, ainda, que não se registrou nenhum envolvimento com fóruns, redes de colaboração e movimentos sociais por parte dos entrevistados.

Um ponto importante a destacar, também, foi o conhecimento dos usuários do PBF acerca de sua legislação - algo que foi bastante evidente no decorrer das entrevistas - visto que quando foram indagados sobre seus deveres e direitos ou a quem recorrer em caso de violação dos seus direitos, todos souberam responder - procuram o Centro de Referência de Assistência Social ou Prefeitura. Isso pode ser justificado porque todos os beneficiários precisam ser conhecedores das condicionalidades do Programa, uma vez que as famílias em situação de descumprimento ficam sujeitas aos efeitos estabelecidos nos regulamentos do PBF - sendo eles, advertência, bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício.

Nesse quesito, observa-se, então, que o programa cumpre a sua finalidade de empoderar, pelo menos minimamente, os seus beneficiários, em que através das condicionalidades impostas transformou-os em sujeitos conscientes de seus deveres, seja pelo receio de sofrer alguma penalização em caso de descumprimento - devido à dependência financeira que os usuários tenham sobre o PBF -, ou por uma aprendizagem espontânea.

E por fim, ainda sobre o plano político, os usuários entrevistados, ao serem interrogados a respeito do governo de Pernambuco e como seria uma população ideal

para eles como um todo, fizeram sugestões acerca de algumas mudanças que, sob a perspectiva deles, deveriam acontecer na gestão do nosso estado. Assim, de forma uníssona, reivindicaram melhorias na saúde, educação, segurança, transporte público, habitação e no mercado de trabalho - clamando por cursos profissionalizantes que ao final os empregasse, projetos sociais para os desempregados, no geral, por mais oportunidades de empregos. Em um tom bastante crítico, narraram diversas situações de descasos públicos, mostrando-se, em sua grande maioria, insatisfeitos com a gestão de Pernambuco. Vale salientar, ainda, que muitos deram palpites e, ou sugestões a respeito do programa, relatando que o governo ideal para eles seria aquele que aumentasse o valor do Programa Bolsa Família e que reativasse o seu benefício, no caso daqueles que por algum motivo foram desligados do programa.

CONCLUSÃO

Com uma análise mais aprofundada que realizamos durante os doze meses de pesquisa, consideramos que o PBF, constitui-se no principal e mais abrangente programa de proteção social no Brasil na atualidade, reconhecido como importante programa direcionado para redução da desigualdade e da pobreza. Todavia, o PBF apresenta problemas estruturais relevantes que limitam a inclusão de segmentos pobres e reduzem as possibilidades de impactos mais significativos sobre a redução dos índices de desigualdade e pobreza no estado. Entre os problemas estruturais, merece destaque a frágil articulação com uma política macroeconômica que garanta um crescimento econômico sustentável e uma redistribuição de renda mais equitativa.

É perceptível pelos relatos que tal subsídio não retirava os usuários de sua condição de pobreza, mas que era um mínimo essencial ao consumo de algum item para manutenção de sua existência, e que devido à frágil articulação com uma política macroeconômica faz com que os usuários vivam na zona de dependência do programa. O PBF, portanto, não expressa a superação da pobreza no país e muito menos em Pernambuco, mas um esforço significativo de administração e de controle de modo a contribuir para que a pobreza mantida num determinado patamar não avance.

É sabido que a potencialidade do Programa Bolsa Família no sentido de alterar significativamente o quadro de vulnerabilidade em que vivem as famílias mais pobres do país é restringida, por isso é oportuno lembrar Castel quando alerta para os limites das chamadas “políticas de inserção”, dentre as quais se enquadram os programas de transferência de renda, para reintegrar populações que são “não integráveis”. Segundo o autor, considerando tais limites, essas políticas vêm perdendo gradativamente o seu pretensu caráter transitório para se tornarem permanentes, transformando-se em um “estado” ou uma nova “modalidade de existência social” (CASTEL, 1998, p. 521 *apud* SILVA; LIMA, 2010).

Sendo assim, se faz necessário um direcionamento de estratégias governamentais que estreitem os laços com a política macroeconômica, a fim de possibilitar condições de independência do sujeito em relação ao programa, dirigindo-lhe, então, para um projeto societário de exercício de cidadania, o qual propicie superação das condições de vida. Além disso, é preciso também que haja a continuidade avaliativa a partir de medidores que possibilitem analisar até que ponto há uma efetividade desses indicadores de programas e projetos sociais, tornando o Estado, dotado de vontade política, capaz de intervir na realidade social, pois só assim as pedras - antes ditas por Drummond - serão retiradas do caminho desses usuários.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, A. **Avaliação dos impactos sociais, econômicos e políticos dos programas de enfrentamento à questão social em Pernambuco**. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq 2015/2020, Recife, UFPE, 2015.

ARCOVERDE, A.; ALBUQUERQUE, C. **Avaliação de Impactos: Da teoria à práxis**. Recife: Ed. UFPE, 2016.

ARCOVERDE, A. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

_____. Metodologias qualitativas de pesquisa em serviço social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011; 280 p.

BARREIRA, M. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo modelo de desenvolvimento. In: Evilasio Salvador... [et al.] (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 576-591.

BOSCHETTI, I. **Questões Correntes no Debate sobre Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas**. Programa de Pós-graduação em Política Social. SER/UnB, 2006.

BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, v. 8, n. 2, p. 16-29, 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Bolsa família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em: jan. 2020.

_____. Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família.

_____. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/ Departamento do Cadastro Único. Perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - 2006. Brasília, 2010.

CHAVES, H. Avaliação e políticas públicas: Entre a estratégia governamental e a agenda do capitalismo contemporâneo. In: ARCOVERDE, A. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

CUSTÓDIO, A.; SILVA, C. A intersetorialidade nas políticas sociais públicas. **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2015.

FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referências teóricas**. São Paulo: Cadernos IDESP, nº 15, 1986.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

LÜDKE M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU; 1986; 128 p.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: Aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez/ABONG, 2ed, 2002.

SILVA, M. **Execução e avaliação de políticas e programas sociais**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 04. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

SILVA, M.; LIMA, V. Avaliando impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 369-374, 2018.

SILVA, M.; LIMA, V. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ZIMMERMANN, C. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo lula no brasil. **SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 4, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agenda neoliberal 24, 25

Assistente social 1, 2, 5, 8, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 29, 31, 34, 46, 56, 61, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 78, 79

C

Cadastro único 46, 49, 55

Capitalismo 5, 12, 14, 35, 36, 39, 40, 43, 44, 48, 51, 55, 62, 66, 68, 91

Capitalismo monopolista 36, 39, 40, 66

Classe trabalhadora 5, 12, 13, 14, 39, 40, 44, 51, 58

Comitê de ética 49

Conhecimento da realidade 4, 18, 19

Construção social 2, 3, 5, 8

Covid-19 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 42

Crise estrutural do capital 21, 36

D

Desigualdades de gênero 1, 2, 5, 6, 9

Desigualdades sociais 3, 5, 28, 36, 38, 46, 60, 62, 65

Dimensão investigativa 11, 16, 17, 20, 21

Direitos sociais 20, 21, 22, 26, 36, 41, 43, 44, 47, 48, 54, 59, 60, 62, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 80, 93

E

Emancipação 1, 9, 22, 41, 47, 51, 67, 69, 71, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 90

Estado de bem-estar 58, 65

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 39, 60, 78

L

Lei orgânica de assistência social 61

M

Marxismo 1, 2, 4, 9, 10

Materialismo histórico-dialético 12

Movimento da reforma sanitária brasileira 24

Mulher 2, 3, 4, 6, 8, 10, 61, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Mundo do trabalho 15, 64, 82, 92

P

Pandemia 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 42, 43

Pesquisa 1, 6, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 36, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 61, 67, 83, 92

Pessoas idosas 57

Poder judiciário 56, 58, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79

Política de saúde 24, 25, 26, 29, 34, 93

Políticas sociais 14, 15, 24, 26, 27, 34, 42, 45, 55, 57, 58, 59, 62, 74, 75, 79, 80, 93

Produção do conhecimento 12, 15

Programa Bolsa Família 46, 47, 53, 55

Programa de proteção social 53

Proteção social básica 56

Q

Questão social 2, 5, 8, 10, 21, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 66, 76

R

Redes de interdependências funcionais 83

Reestruturação produtiva 12, 13, 14

Relações de gênero 1, 2, 4, 39

Revolução industrial 38, 58, 68, 81, 82, 83, 91

S

Sars-CoV-2 23, 24, 27

Seguridade social 44, 57, 58, 59, 63, 65, 66, 73

Serviços de saúde 27, 29

Serviço social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 54, 55, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 93

Sistema capitalista 12, 14, 43

Sistema único de assistência social 63

Sistema Único de Saúde 23, 24, 25, 28, 34, 51, 93

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 19, 20, 24, 28, 29, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43,

55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 89, 90, 91

Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br